

A experiência de jovens mulheres como combatentes da guerrilha das FARC e do ELN

Nohora Constanza Niño Vega



IMAGEM: <http://www.mujerfariana.org/>

A Colômbia é um país com uma história de conflito armado de mais de 50 anos que tem suportado a ação militar entre as forças do Estado – Exército e Polícia Nacional –, as guerrilhas – as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP) –, o Exército de Libertação Nacional (ELN) e, em menor medida, o Exército Popular de Libertação (EPL) e o movimento guerrilheiro M-19, desmobilizado em 1990 –, e os grupos paramilitares, os quais, por volta de 1990, criaram uma frente nacional chamada Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), desmobilizadas em 2005¹. Esses grupos dispersaram-se por todo o território nacional, mantêm ações armadas tanto em áreas rurais como urbanas e, durante a década de noventa, desenvolveram fortes vínculos com o narcotráfico, o que faz com que o seu agir e a dinâmica do conflito sejam catalogados como uma violência generalizada e difusa (Pecaut, 1997).

¹ Seu processo de desmobilização se adiantou, porém, atualmente, as organizações defensoras de direitos humanos no país manifestam que muitos grupos não se desmobilizaram e tornaram-se organizações de recomposição paramilitar ou o que o governo de Álvaro Uribe chamou de bandas criminais (*bacrim*).

A participação de crianças e jovens² dentro desses grupos tornou-se um fenômeno presente – e, sobretudo, visível – nas últimas décadas do conflito armado colombiano. Embora existam dificuldades para identificar o número de crianças e jovens dentro dos grupos armados, segundo Springer (2012) é possível afirmar que, dos 10.372 adultos desmobilizados³ do ELN, FARC e AUC, 52,3% ingressaram nas filas do ELN quando eram menores de 18 anos e 50,14% nas filas das FARC. Aproximadamente dez mil crianças e jovens menores de 18 anos participam nos grupos armados e por volta de 28% dessa população têm sido de meninas e mulheres jovens (Defensoría del Pueblo, 2006; Human Rights Watch, 2003; Springer, 2012).

Ainda que sua participação tenha ocorrido em todos os grupos armados ilegais, o presente texto leva em conta a história de cinco mulheres jovens entre 19 e 23 anos, ex-combatentes das guerrilhas das FARC e do ELN⁴. A partir de entrevistas aprofundadas se explorou as suas trajetórias antes, durante e depois de pertencerem ao grupo armado, buscando compreender as formas como essa experiência gerou tensões e desafios às categorias de infância e juventude⁵. Uma segunda rodada de entrevistas desenvolveu-se com três participantes que aceitaram ser entrevistadas, mas se decidiu pela não realização de trabalho grupal devido às condições de segurança das participantes. Além disso, outras fontes secundárias de informação que permitiram o acesso a entrevistas com crianças desvinculadas de grupos armados foram consultadas para triangular toda a informação registrada.

Revelar como essas jovens contam sua vivência dentro da guerrilha e de que maneira esta lhes permite questionar categorias como infância e juventude é o intuito do presente documento.

2 É importante esclarecer que, em algumas pesquisas sobre o tema ex-combatentes, usa-se comumente o termo crianças para se referir aos menores de 18 anos – em concordância com a normativa de cada país – e, em alguns casos, marca-se a diferença com o uso do conceito adolescentes. Neste artigo, a autora sublinha que se distancia do conceito adolescente – conceito mais orientado aos elementos biológicos e psicológicos – e prefere o uso do termo *jovens* para se referir aos que estão entre 14 e 28 anos – em correspondência com o Estado de cidadania juvenil na Colômbia –, uma vez que se trata de uma categoria sociológica que permite reconhecer os elementos culturais e sociais que dão conta das situações de vida, experiências e trajetórias dos que se encontram nesses anos da vida.

3 População que, durante as últimas duas décadas, desertou dos grupos armados a que pertenciam.

4 A pesquisa inicialmente tinha planejada a participação de meninas e jovens menores de 18 anos desvinculadas de grupos armados que se encontram sob a tutela do Instituto do Bem-estar Familiar. Não obstante, as dificuldades para aceder a elas nos levou a variar a amostra, buscando então jovens desmobilizadas maiores, as que aceitaram participar. Todas foram contatadas através da Agência Colombiana para a Reintegração, que tem a missão de atender as desmobilizações de membros dos grupos de guerrilha e AUC no nível nacional.

5 O presente documento se conforma a partir da pesquisa de tese de mestrado intitulada *De la vida militar a la vida civil de jóvenes excombatientes en Colombia, subjetividades en tránsito*. FLACSO, México, 2014.

Criando o sujeito guerreiro

Sem o intuito de fazer uma leitura de uma organização político-militar, a guerrilha se mostra como um campo relacional marcado por práticas, disposições, posições e processos relacionais que visam conformar um sujeito guerreiro. Toro (1994 apud Londoño; Nieto, 2007) afirma que se trata de um grupo social com hierarquias, regramentos e sanções, ideologia, com uma proposta de valores de grupo, assim como com rituais formalmente organizados, a saber: trata-se de um campo no qual se gera uma produção social e cultural. Assim mesmo, Londoño e Nieto (2007) avaliam que a guerrilha deve ser considerada como um mundo da vida onde se geram produções de sentido referidas tanto ao espaço social externo como ao interior dela.

Como campo, a guerrilha propõe um processo de socialização particular que promove insistentemente a conformação de um *habitus* guerreiro específico. Como assinala Aranguren (2007), o combatente se constrói como um sujeito com marcas corporais visíveis e sentidas: a corpulência que se define no treinamento, as posturas que se interiorizam em combates, as habilidades que se aprendem para o manejo do armamento e as atitudes que devem desenvolver diante da iminência da morte. No marco dessa conformação do *habitus* guerreiro, a escola de formação de combatentes e a regulamentação da vida cotidiana se tornam dispositivos capazes de ir criando essas disposições e esquemas que favorecem a construção do corpo armado coletivo.

Na escola de combatentes, é disponibilizado aos e às integrantes um importante capital simbólico e físico que impõe juízos e ações, no intuito de apagar qualquer tipo de esquema de percepção e disposição anterior. Trata-se de um doutrinamento em que o treinamento militar modela os corpos para torná-los resistentes à vida armada, visando aumentar suas capacidades físicas para superar os limites próprios:

Nos enviaram à escola de combatentes, quando chegamos lá, a esse lugar aonde nos levaram a treinar, estivemos lá três meses, porém esses três meses foram... nossa!! Mesmo que aprendemos, isso era muito forte, a gente tem que treinar de noite, chamam a gente às 8 horas até as 2 horas de manhã, às vezes com os pés descalços, tudo isto aqui (plantas dos pés e braços) fica... nossa!! com os treinamentos... é duro demais. Eles ensinam a como se defender com arma ou sem arma, como avançar, saltar, caminhar em cócoras, tudo isso [Valeria, ex-combatente do ELN].

Eu aguentei por volta de um mês duro, você chega lá e logo o estão mandando treinar, aprender a ginástica de guerrilha com armas, sem armas, aprender a saltar, tudo o que você tem que aprender lá para ser um militar. Era duro porque, quando você tinha que trotar, alongar o passo, encurtar... eu não gostava de alongar o passo, encurtar sim... o físico não me ajudava muito, eu sofro porque me asfixio tanto, mas, para saltar, pular, parecia uma cabra; mas, para correr, era cansativo. A ginástica de guerrilha com armas, sem armas, eu sabia tudo isso [Paola, ex-combatente das FARC].

Também se esforçam por constituir uma moral própria e reproduzir sua estrutura, usando símbolos e rituais com o objetivo de lembrar e reiterar a importância dos valores que unem o grupo, que representam uma dinâmica de obediência e disciplina para a conformação do *bom guerrilheiro*. Tanto a escola como a vida diária constituem um esforço por gerar sujeitos desligados de vínculos com esse outro mundo externo ao grupo, chamado de ‘vida civil’, rompimento que simbolicamente começa com a mudança de nome.

Uma experiência distinta de ser menina e jovem

No marco da criação desse *habitus* guerreiro, as leituras que se realizaram a respeito disso evidenciaram a criação de um sujeito armado da ordem do masculino, ao que se lhe adjudicam qualidades e destrezas que se conformam com uma ideia do bom guerrilheiro. Não obstante, ao escutar as narrações destas cinco jovens, o que parece operar ali é um exercício de desfazer o gênero, na medida em que se torna uma oportunidade de compreender os alcances e limites de seu próprio corpo, as habilidades desenvolvidas e, em geral, a capacidade de encarnar esse *habitus* guerreiro.

Dentro do grupo, elas descobrem novas formas de relacionar-se entre uns e outros – apesar da persistência de relações de subordinação, abuso, particularmente em matéria sexual –, situações que lhes surpreendem, dados os lugares em que eram colocadas como meninas e jovens mulheres na vida rural:

Lá, homem e mulher, dizem que não se discrimina; você, se é homem, faz qualquer coisa, e a mulher também, não há diferenças; a única diferença é em relação ao sexo, mas o resto é normal; você tem às vezes que dormir com um homem, já a mulher decidirá se vai fazer algo com ele, a gente tem que aprender a tratar-se assim com os homens, como se fôssemos dois homens ou duas mulheres... [Carol, ex-combatente das FARC].

Se se incomodavam, sacaneavam, porque diziam que, como eles iam perder, não, não, não!!! Eu tenho que tentar de novo e, como nos entregavam bastante munição, não acreditavam que a gente, como mulher, lhes ganhara a eles; eu pensava que seria porque, como a gente era mulher, não podia fazer as coisas; penso isso porque, sacaneando diziam: ‘como vou deixar que me ganhe uma mulher’ [Milena, ex-combatente das FARC].

Embora exista uma igualdade discursiva dentro da vida na guerrilha que se faz efetiva em algumas práticas cotidianas, também é certo que persistem formas de interação que expressam as relações de dominação entre gêneros. Por essa razão, elas usam esse discurso, que nutre a vida na guerrilha, para se colocar num lugar de igualdade com aqueles homens que insistem em relações dominantes. O respeito como sujeitos iguais, de acordo com a narração de María e das outras jovens, conforma-se na medida em que elas demonstram que têm as capacidades e destrezas necessárias – particularmente físicas –, que também são capazes de incorporar os valores da vida na guerrilha e, portanto, que não há motivo para que sejam subordinadas ou vistas como diferentes.

Dentro do grupo armado também se apresenta uma forma distinta de conceber a infância e a juventude. Por um lado, é importante mencionar que, para as guerrilhas, antes do seu ingresso nas filas, crianças e jovens são um atrativo, dado que partem de uma concepção biologicista que lhes permite projetar a constituição de um corpo disposto fisicamente para a guerra e de um *habitus* guerreiro. Isso faz com que se tornem sujeitos valiosos para esses grupos: “Sempre eles têm buscado vincular menores, pessoal muito jovem, a suas filas, porque resulta que são uns guerreiros impressionantemente bons, são muito bons guerreiros e guerreiros na linha de combate” [Profissional perito em DDR].

Então, antes do ingresso, a infância e a juventude têm um valor privilegiado dentro do campo da guerrilha, pelas possibilidades de constituição do sujeito combatente: “Os comandantes preferem menores porque aprendem melhor e são mais saudáveis. O recruta ideal é de 13 (anos), porque assim pode ter uma formação política completa” [Carolina, ex-combatente das FARC, Human Rights, p. 70].

Não obstante, de acordo com os relatos, estando já dentro do grupo, são outras as relações e posições que circulam; as concepções variam de acordo com a dinâmica interna e a luta contra o inimigo. Suas narrações expressam a forma como experimentam essa condição de ser menina e jovem na vida armada e, ao mesmo tempo, o tipo de relação que o grupo constrói acerca dessas condições:

Nesse momento não pensava nada, porque, quando era menina, pensava que minha mãe fazia tudo para mim; então, chegar a um grupo onde tenho que fazer as coisas... No campo a gente passa o tempo todo jogando, se a gente vai buscar lenha é porque a gente quer... Pelo contrário, no grupo te obrigam a fazer isso, a boneca da gente lá é uma arma, a gente joga com uma arma. Essa é uma das coisas que a gente perde lá, a juventude [María, ex-combatente do ELN e as FARC].

Nesse relato, é importante identificar que a jovem se refere às tensões que se apresentam em sua própria vivência, entre a concepção de infância – baseada na noção de fragilidade e necessidade de proteção da criança – que prevalece nas dinâmicas familiares, pelas quais se lhe atribuía um lugar particular e uma concepção muito diferente daquela que circula dentro do grupo armado. Na guerrilha, as posições sociais não estão delimitadas pelo momento vital; ali, a necessidade de gerar um corpo homogêneo apaga as diferenças entre ser menina, jovem ou mulher adulta.

Os significados mudam e as interações lhes exigem considerar novas pautas culturais que não correspondem à sua experiência anterior. As concepções de origem acerca do que é ser menina e jovem se põem sob tensão com o discurso e a experiência mesma dentro da vida cotidiana armada. Dentro dos novos esquemas, essas jovens lembram que tiveram que aprender que não existem diferenças aparentes e que são sujeitos iguais em termos de condições de vida e do que significa ser um sujeito guerreiro na dinâmica armada.

Lá, seja você velha ou jovem, é da mesma forma, não há diferenças em nada [Paola, ex-combatente das FARC].

Um menino tem que fazer o mesmo que faz um maior, é igual; lá não há privilégio para ninguém; se o fuzil lhe fica grande, ele tem que dar um jeito; se o uniforme lhe fica grande, ele que o arrume. Todos são iguais, não há diferença [María, ex-combatente do ELN e das FARC].

Essa homogeneidade se dá em relação, segundo suas narrações, não somente às exigências físicas e às atividades diárias, mas também ao exercício das responsabilidades, deveres, obrigações, sanções e castigos que derivam do infringir as normas da vida na guerrilha.

Se as mulheres têm a capacidade para lidar com o pessoal, dar uma ordem, se você é boa para dirigir companheiros estando em combate, tudo isso lhe ajuda a subir, são muitas as coisas que você tem que demonstrar lá, para poder chegar ali [Paola, ex-combatente das FARC].

“Eu era a melhor nos treinamentos, por isso me ofereceram uma responsabilidade rápido”, fala María Claudia, uma menina esperta e inteligente que ingressou na UC-ELN quando tinha 12 anos. “Primeiro me deram uma tríada de três pessoas, depois um pelotão de dez”. Quando saiu da UC-ELN, com 14 anos, tinha a seu cargo um grupo de 30 combatentes (Human Rights Watch, 2003, p. 94).

Como mencionam os relatos, na guerrilha todos os combatentes têm que romper a lógica de autoridade própria da vida civil. Fora, as relações entre crianças e jovens estão claramente diferenciadas e hierarquizadas. Nessas relações, o adulto é quem assume o papel de autoridade porque se lhe atribui um valor à experiência de vida que tem, em termos cronológicos. Na guerrilha, a experiência também joga um papel importante para definir a posição social, mas esta não depende da idade cronológica, mas do tempo que se leva dentro e da rapidez com que se encarna a formação política e militar própria do grupo:

Depois de 7 ou 10 anos já (dentro do grupo) você vira velho nas FARC. Receber ordens de um menor é um assunto de antiguidade; ainda que o pessoal seja maior, tem que acatar as regras; sempre custa saber que alguém menor está mandando em você, porque sempre são os maiores os que mandam e lá a coisa é distinta, são os que têm antiguidade. Com minha idade se podia, mas a gente tem que começar por baixo e tem que ter uma disciplina muito boa para chegar a dirigir [María, ex-combatente do ELN e das FARC].

A possibilidade de um jovem ou uma criança ter um *status* alto na hierarquia da guerrilha gera tensões internas entre os sujeitos combatentes, já que se trata de uma contraposição entre as pautas culturais anteriores, segundo as quais a criança ou o jovem não têm esse grau de autoridade, e o que a experiência os leva a assumir agora na vida armada. Tal situação implica um questionamento permanente, a desconstrução desse acervo anterior com o qual o sujeito podia atuar na vida cotidiana e reconhecer as novas dinâmicas em que se encontram envolvidos na vida armada, que muitas vezes os deslocam dos lugares tradicionais em que se compreendem e atribuem sentidos sobre o que significa ser menina e jovem.

É importante ressaltar que, dentro da experiência armada, as jovens dizem ter sido interpeladas em relação ao lugar que vinham assumindo na vida civil e às possibilidades que agora descobrem como agentes dentro da guerrilha. Ter sido guerrilheira, enquanto experiência limite, as leva a aprender a tomar decisões de vida ou morte.

Portanto, as elaborações como sujeito criança ou jovem não se sustentam só na maturidade biológica e evolutiva; pelo contrário, essa experiência mostra que está definida pelo contexto social que as rodeia e as obriga a conformar-se como sujeitos ativos, com necessidade de desenvolver juízos e resolver dilemas éticos em relação à vida e à morte delas mesmas e de seus companheiros, o que realmente é adjudicado às capacidades de um sujeito moral adulto.

A perda torna-se um lugar comum

Finalmente, é importante sublinhar que, em todos os relatos, essas jovens concordam, como balanço geral, que perderam seus melhores anos de vida. Os conceitos de infância e juventude que assumem estão ligados a um “dever ser” criança e jovem relacionado com a ideia de um sujeito de direitos, particularmente, de direito à educação, ao entretenimento e à proteção. Assim, elas valorizam a importância desses momentos vitais a partir da ideia da moratória social, segundo a representação coletiva que circula tanto na vida cotidiana como na institucional.

Porém, em algumas de suas reflexões, elas mencionam que a experiência como guerrilheiras lhes permite valorizar as distintas capacidades que puderam desenvolver, capacidades que, se tivessem seguido na vida rural, provavelmente não teriam adquirido. Ao mesmo tempo, as distintas situações limites que tiveram que enfrentar na vida armada, particularmente dilemas referidos à proteção da vida delas mesmas e dos outros, permitem-lhes perceber-se como um sujeito diferente, mais esperto em relação a seus pares, com os quais se encontram na vida civil.

Eu me via diferente, percebia que era capaz de fazer mais coisas (...). Era diferente quando estava em casa do que era na guerrilha, o que tinha que fazer; em casa nunca pensei em me enfrentar com um grupo armado, disparar; pelo contrário, lá isso era uma rotina, a gente às vezes tinha que fugir dos grupos armados, mas às vezes a gente tinha que buscá-los; estando lá a gente pensa em tudo isso e sente que mudou, a gente pensa tudo de forma muito diferente; eu pensava bastante, com bastante maturidade [Valeria, ex-combatente do ELN].

Se é um fato que, no campo relacional da guerrilha, existe um esforço por construir sujeitos homogêneos que conformam um corpo coletivo armado, existem, como vimos anteriormente, algumas formas que interpelam os modos tradicionais de conceber a infância e a juventude e de delimitar a experiência de ser menina e jovem. Assim, elas se viram forçadas a construir sua experiência a partir da ambiguidade entre as formas tradicionais próprias de seu acervo anterior e o que a dinâmica da vida armada lhes exigiu.

Não obstante, na sua reintegração à vida civil, as jovens não logram desfazer-se do discurso social que permeia sua experiência na guerrilha como sujeitos com perdas, de quem foi roubada a possibilidade de experimentar-se a partir das expectativas sociais do que é ser menina e jovem na vida civil, da ideia de um *ethos* particular e de limites e lugares outorgados socialmente: um espaço moratório para a socialização e a aprendizagem das regras do jogo da vida social. A passagem pela vida na guerrilha lhes roubou a infância e juventude, significou para elas uma perda que não é possível recuperar no futuro, dado que, no fundo, o que sustenta essas noções é seu caráter transitório.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANGUREN, P. La construcción de un combatiente o el desdibujamiento del sujeto de la guerra. **Revista Maguaré**, Bogotá, n. 21, p. 243-269, 2007.

BLAIR, E.; LONDOÑO, L. Experiencias de Guerra desde la voz de las mujeres. **Revista Nómadas**, Bogotá, n. 19, p. 106-115, 2003.

BOURDIEU, P. **Razones Prácticas**. Sobre la teoría de la acción. Barcelona: Editorial Anagrama, 1997.

CÁRDENAS, J. **Los parias de la guerra**. Análisis del proceso de desmovilización individual. Bogotá: Ediciones Aurora, 2005.

CASTELLANOS, J. **Formas actuales de la movilización armada**. Una aproximación prosopográfica. Tese (Doutorado em Ciências Sociais, Infância e Juventude) - Centro de estudios avanzados en niñez y juventud, Universidad de Manizales-CINDE, Manizales, 2009.

HUMAN RIGHT WATCH. **Aprenderás a no llorar**. Bogotá: Editorial Gente Nueva, 2004.

NIÑO, N. **De la vida militar a la vida civil de jóvenes excombatientes en Colombia, subjetividades en tránsito**. Una aproximación desde la infancia, la juventud y el género. Tese (Mestrado em Ciências Sociais), Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales - FLACSO, México, 2014.

PAÉZ, E. **No queremos que nos limiten nuestros sueños de niña**. Las niñas en el conflicto armado colombiano. New York: Save the Children, 2002.

PECAUT, D. De la violencia generalizada al terror: el caso colombiano. **Revista Controversia**, Bogotá, n. 171, p. 9-31, dez. 1997.

RODRIGUEZ, I. **Para una sociología de la infancia**: aspectos teóricos y metodológicos. Madrid: CIS, 2007.

SPRINGER, N. **Como corderos entre lobos**. Del uso y reclutamiento de niños, niñas y adolescentes en el marco del conflicto armado y la criminalidad en Colombia. Springer Consulting services, 2012.

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar descobertas em relação a como a participação como combatentes nas guerrilhas das FARC e do ELN na Colômbia tensiona a experiência de ser menina e jovem e a construção das categorias infância e juventude em cinco jovens ex-combatentes dessas guerrilhas.

Palavras-chave:

infância, juventude, guerrilha, *habitus* guerreiro, vida civil.

DATA DE RECEBIMENTO: 24/02/2016

DATA DE ACEITAÇÃO: 30/04/2016

**Nohora Constanza Niño Vega**

Psicóloga pela Universidad Nacional de Colombia, mestre em Ciências Sociais pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), México e atualmente candidata a doutora em Pesquisas em Ciências Sociais nessa mesma faculdade. Possui interesse em temáticas sobre infância, juventude, violência, construção de paz e subjetividades políticas.

E-mail: nohora.nino@flacso.edu